

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Grendene S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Sobral – CE, Brasil. As operações fabris estão concentradas principalmente na matriz, localizada no Município de Sobral, no Estado do Ceará. Possui, ainda, plantas industriais nas cidades de Fortaleza e Crato, no Estado do Ceará, Teixeira de Freitas, no Estado da Bahia e Farroupilha, no Estado do Rio Grande do Sul.

A Companhia desenvolve, fabrica, distribui e comercializa calçados para diversas situações de uso e para todas as classes sociais, atuando nos segmentos masculino, feminino, infantil e de consumo de massa.

O setor de calçados, devido a suas características, pode apresentar oscilações em termos de volume de venda ao longo do exercício, sendo esperado um volume maior no segundo semestre de cada ano. As operações da Companhia, no julgamento de sua administração, não são impactadas por estes efeitos de tal forma que requeiram divulgações ou informações adicionais às notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As políticas contábeis e métodos de mensuração adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não sofreram alterações em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em reunião da diretoria executiva realizada em 21 de fevereiro de 2018, as demonstrações financeiras da Grendene S.A. foram apreciadas, revisadas e autorizadas à emissão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), bem como, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo *IASB* e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-- Continuação

b) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir apresenta-se as normas que serão efetivas a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2018:

- **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros** – Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9, que está em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização do hedge.
- **IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes** – A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.
- **IFRS 2 – Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alteração à IFRS 2** – O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

As alterações entraram em vigor para os períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva, e não prevê nenhum impacto significativo destas alterações em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

c) Novas normas contábeis e interpretações ainda não adotadas

Alguns pronunciamentos contábeis (novos ou revisões de pronunciamentos atualmente em vigor) foram revisados pelo *International Accounting Standard Board (IASB)*, e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

IFRS	CPC Correspondente	Vigente em
IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil	CPC 06 (R2)	2019
Interpretação IFRIC 23 Incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre a renda	Em elaboração	2019
IFRS 17 Contratos de seguro	Em elaboração	2021

As normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS são efetivas para os exercícios anuais iniciados conforme indicado na tabela acima, e de acordo com avaliação prévia da Companhia não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	País - sede	Percentual de participação	
		2017	2016
Participação direta			
Grendene Argentina S.A.	Argentina	-	95,00%
MHL Calçados Ltda.	Brasil	99,998%	99,998%
Grendene USA, Inc.	USA	100,00%	100,00%
Grendene UK Limited.	Reino Unido	100,00%	100,00%
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.	Brasil	100,00%	100,00%
Participação indireta			
Grendene New York, L.L.C. (através da Grendene USA, Inc.)	USA	100,00%	100,00%
Grendene Italy, S.R.L. (através da Grendene UK Limited.)	Itália	100,00%	100,00%
Z Plus EUR Company S.R.L. (através da A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.)	Itália	100,00%	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

3. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Características principais das entidades incluídas na consolidação:

- **Grendene Argentina S.A.:** suas atividades concentram-se na comercialização de calçados para o abastecimento do mercado argentino. Esta empresa foi alienada, conforme contrato de compra e venda em 09 de junho de 2017.
- **MHL Calçados Ltda.:** suas atividades concentram-se na industrialização e comercialização de calçados.
- **Grendene USA, Inc.:** atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos no mercado norte-americano. É controladora da Grendene New York, L.L.C. empresa sediada nos Estados Unidos que atua no mesmo segmento.
- **Grendene UK Limited.:** atua como representante comercial através da comercialização e distribuição de nossos produtos. É controladora da Grendene Italy S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.
- **A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.:** suas atividades concentram-se na industrialização, comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. É controladora da Z Plus EUR Company S.R.L. empresa sediada na Itália que atua no mesmo segmento.

Não há investimentos em coligadas ou *joint ventures*, em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Os exercícios sociais das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com as normas internacionais de contabilidade.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Políticas contábeis

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão à favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) *Receita de venda*

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e a Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) *Receita financeira*

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

b.1) *Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras*

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade. Para as controladas localizadas no exterior, a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos pelas taxas médias mensais dos exercícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

b) Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira--Continuação

b.2) *Transações denominadas em moeda estrangeira*

As controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido da controladora. Para fins de consolidação, as demonstrações financeiras dessas controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e os ajustes decorrentes da variação cambial nos ativos e passivos denominados nas moedas Dólar Americano, Peso Argentino, Libra Esterlina e Euros são registrados no grupo de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido consolidado.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado.

Mensuração subsequente

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.1) *Ativos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

- a) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação. A cada data de balanço são mensurados pelo valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos de eventuais reduções em seu valor recuperável. Os juros, correção monetária, e variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- c) Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.1) *Ativos financeiros*--Continuação

- d) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros que não se qualificam nas categorias c.1a., c.1b. e c.1c acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os referidos efeitos tributários são registrados em contrapartida ao ativo/passivo diferido de imposto de renda e contribuição social. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e derivativos.

c.2) *Passivos financeiros*

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- a) Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores e comissões a pagar.

4. Políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros--Continuação

c.3) *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) *Valor de mercado*

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercado organizado é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação. Os instrumentos financeiros e seus respectivos valores de mercado estão divulgados na Nota 19.a.

c.5) *Impairment de instrumentos financeiros*

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

c.6) *Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge*

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de hedge. Para os instrumentos derivativos, o valor justo é determinado na data em que um contrato de derivativo é celebrado e, subsequentemente, remensurado ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção “*Hedge*”, esta não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção “*hedge accounting*”.

Os valores justos dos instrumentos derivativos usados para fins de hedge estão divulgados na Nota 19.b. A Companhia não opera com derivativos para fins especulativos.

4. Políticas contábeis--Continuação

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 6).

e) Aplicações financeiras

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão mensuradas, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 4.c.1. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

f) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foram constituídas perdas estimadas em montantes considerados suficientes pela Administração para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa e para descontos por pontualidade. O critério de constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração a análise dos riscos de crédito de clientes que possuem débitos na Companhia, com títulos vencidos há mais de 180 dias, desconsiderando os que possuem acordos judiciais, extrajudiciais ou garantias.

Os descontos por pontualidade são constituídos no montante estimado de descontos a serem concedidos, sobre as contas a receber de clientes, pelo pagamento das duplicatas no vencimento, sendo sua contrapartida registrada à rubrica de deduções de vendas.

Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 8.

g) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

4. Políticas contábeis--Continuação

g) Estoques--Continuação

As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos (bons, porém não mais servíveis para o negócio da Companhia) são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizados como *ágio (goodwill)*.

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 12 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo imobilizado é revisado quando eventos ou mudanças circunstanciais indiquem que este valor talvez não seja recuperável. As perdas por *impairment* são reconhecidas quando o valor contábil do ativo for superior ao valor recuperável. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

4. Políticas contábeis--Continuação

j) Intangível

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 13.

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *goodwill* de aquisição de controlada está registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado. Para fins de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados em unidade geradora de caixa (UGC).

k) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

l) Tributação

l.1) *Imposto de renda e contribuição social correntes*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

l.2) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

As inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores relativos aos impactos diferidos ativos e passivos são registrados e divulgados no ativo e/ou passivo não circulante.

O imposto de renda diferido ativo sobre diferenças temporárias é constituído à medida que exista previsão de geração de imposto futuro para sua utilização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

l) Tributação--Continuação

l.2) *Imposto de renda e contribuição social diferidos*--Continuação

Os tributos diferidos são revisados em cada data de balanço e, se necessário, uma provisão para baixa é reconhecida quando não é mais provável que os resultados tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os tributos diferidos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) vigentes na data do balanço.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando existir um direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, e se estiverem relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

m) Subvenções governamentais para investimentos

Os incentivos fiscais correspondem à: (i) redução de 75% do imposto de renda incidente sobre os lucros dos empreendimentos instalados nos estados do Ceará e Bahia calculado com base no lucro da exploração; e (ii) incentivos fiscais de ICMS relativamente às suas atividades operacionais localizadas nestes estados (Nota 17).

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas nos convênios. São registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas para reserva de lucros à conta de "Incentivos fiscais" no patrimônio líquido. Os valores provenientes de incentivos estaduais poderão ter destinação diversa conforme previsto na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

n) Pagamento baseado em ações

Diretores e Gerentes da Companhia recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações (outorga de opções de compra de ações), em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

n) Pagamento baseado em ações--Continuação

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza técnicas de precificação e valorização.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa na demonstração do resultado do exercício é registrada em “despesas de pessoal” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele exercício, conforme demonstrado na Nota 21.

O efeito das opções em aberto no lucro líquido diluído por ação é demonstrado na Nota 16.g.

o) Informações por segmento

Os segmentos da Companhia e suas controladas são os seguintes: (i) a produção e comercialização de calçados sintéticos para o mercado interno e externo e (ii) a comercialização, importação e exportação de móveis e complementos a partir do plástico. As informações por segmento estão divulgadas na Nota 23.

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apenas as transações de contas a receber de clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros componentes de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

p) Ajustes a valor presente de ativos e passivos--Continuação

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Áreas que requerem maior nível de julgamento e que as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

r) Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

s) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que, saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

4. Políticas contábeis--Continuação

t) Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 – R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. As movimentações relativas a aplicações financeiras são apresentadas nas atividades de investimentos. A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

u) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital e/ou reservas de lucros.

5. Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado reduzido dos custos incorridos para realizar a venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam das estimativas de resultado para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

5. Estimativas e premissas contábeis--Continuação

Impostos: As regulamentações tributárias no Brasil são complexas, o que remete a incertezas com relação à interpretação dos mesmos e ao valor e época de resultados tributários futuros. Desta forma, eventuais diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia não constituiu provisões para este tema, suportada por diversos fatores, como, na experiência de auditorias fiscais anteriores, interpretações divergentes dos regulamentos tributários e por avaliações sistemáticas realizadas pela Administração da Companhia em conjunto com suas assessorias tributárias.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Trabalhistas, Fiscais e Cíveis: As avaliações da probabilidade de perdas incluem a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outros itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; descontos por pontualidade estimados; as perdas estimadas para estoques; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação dos ajustes a valor presente de certos ativos e passivos; valor justo da remuneração baseada em ações; e as análises de sensibilidade de instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Disponibilidades	3.200	3.433	5.085	6.485
Aplicações financeiras	15.040	4.751	25.034	14.178
	18.240	8.184	30.119	20.663

As disponibilidades são representadas por depósitos bancários sem a incidência de juros. As aplicações financeiras classificadas como valores equivalentes de caixa estão representadas por investimentos de curto prazo, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

7. Aplicações financeiras

	Controladora / Consolidado	
	2017	2016
Títulos ao valor justo por meio do resultado	836.254	483.659
Títulos mantidos até o vencimento	914.272	1.085.056
	1.750.526	1.568.715
(-) Total do ativo circulante	(1.537.477)	(1.288.070)
Total do ativo não circulante	213.049	280.645

As aplicações financeiras da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Indexador	Rendimento	Controladora / Consolidado	
			2017	2016
Aplicações pós-fixadas	CDI	101,51% e 104,99%	1.456.395	1.048.347
Aplicações pré e pós- fixadas	IPCA +	6,43% a.a.	294.131	336.860
Aplicações pré e pós- fixadas	IGPM +	6,25% a.a.	-	62.688
Aplicações pré-fixadas		14,24% a.a.	-	120.820
			1.750.526	1.568.715

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Debêntures (Operações Compromissadas), Letras Financeiras (LFIN), Títulos do Governo (NTN) e Letra de Arrendamento Mercantil (LAM), e são classificadas em "Títulos ao valor justo por meio do resultado" e "Títulos mantidos até o vencimento", conforme a estratégia de investimentos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Títulos a vencer	870.991	768.592	860.988	768.691
Títulos vencidos até 30 dias	13.776	10.108	13.999	11.394
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.827	2.119	3.719	3.193
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	541	1.299	822	1.661
Títulos vencidos há mais de 91 dias	20.685	21.475	22.106	24.310
	908.820	803.593	901.634	809.249
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(10.186)	(6.896)	(10.549)	(7.934)
Descontos por pontualidade estimados	(27.907)	(25.085)	(27.943)	(25.110)
Ajustes a valor presente – AVP	(12.796)	(15.252)	(12.797)	(15.252)
	857.931	756.360	850.345	760.953

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os prazos médios de recebimento praticados para o mercado interno são de 89 e 90 dias respectivamente, e para o mercado externo são de 75 e 81 dias respectivamente.

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições aos valores de contas a receber de clientes.

As constituições das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa sobre títulos vencidos por prazo estão demonstradas a seguir:

	Controladora			
	2017		2016	
	Saldos	Perdas estimadas	Saldos	Perdas estimadas
Títulos a vencer	870.991	-	768.592	-
Títulos vencidos até 30 dias	13.776	-	10.108	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	2.827	(4)	2.119	(53)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	541	(30)	1.299	(106)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	20.685	(10.152)	21.475	(6.737)
	908.820	(10.186)	803.593	(6.896)

	Consolidado			
	2017		2016	
	Saldos	Perdas estimadas	Saldos	Perdas estimadas
Títulos a vencer	860.988	-	768.691	-
Títulos vencidos até 30 dias	13.999	-	11.394	-
Títulos vencidos de 31 até 60 dias	3.719	(4)	3.193	(53)
Títulos vencidos de 61 até 90 dias	822	(30)	1.661	(106)
Títulos vencidos há mais de 91 dias	22.106	(10.515)	24.310	(7.775)
	901.634	(10.549)	809.249	(7.934)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

As movimentações das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(6.896)	(4.973)	(7.934)	(6.444)
Adições	(11.887)	(9.667)	(12.272)	(9.895)
Realizações	7.647	6.164	7.861	6.280
Reversões	1.285	1.580	2.170	1.700
Variação cambial	(335)	-	(374)	425
Saldo no final do exercício	(10.186)	(6.896)	(10.549)	(7.934)

As movimentações dos descontos por pontualidade estimados estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(25.085)	(24.355)	(25.110)	(24.373)
Adições	(94.773)	(85.518)	(94.897)	(85.621)
Realizações	77.785	68.948	77.901	69.039
Reversões	14.166	15.840	14.163	15.845
Saldo no final do exercício	(27.907)	(25.085)	(27.943)	(25.110)

9. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Calçados	47.599	46.208	68.242	68.681
Móveis	-	-	-	175
Insumos e componentes	51.880	41.005	51.965	41.179
Matérias primas	72.863	63.584	72.921	63.670
Materiais de embalagem	14.262	12.196	14.279	12.223
Materiais intermediários e diversos	30.124	31.018	30.222	31.118
Mercadoria para revenda	761	1.258	810	1.324
Matrizes e ferramentais	19.698	18.758	19.698	18.758
Adiantamentos a fornecedores	11.606	8.508	11.606	8.508
Importações em andamento	7.792	8.989	7.792	8.989
Estoques em poder de terceiros	15.317	16.923	15.317	18.492
Perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos	(13.585)	(11.977)	(13.585)	(12.471)
	258.317	236.470	279.267	260.646

As movimentações das perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos estão demonstradas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

9. Estoques--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	(11.977)	(8.372)	(12.471)	(8.475)
Adições	(51.233)	(14.935)	(51.233)	(15.601)
Realizações	10.167	3.665	10.688	3.665
Reversões	39.458	7.665	39.458	7.936
Variação cambial	-	-	(27)	4
Saldo no final do exercício	(13.585)	(11.977)	(13.585)	(12.471)

Não há quaisquer ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

10. Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte	39.981	20.737	40.172	20.940
IPI a recuperar	491	281	728	568
ICMS a recuperar	3.863	3.235	5.860	5.317
PIS a recuperar	51	64	87	122
COFINS a recuperar	236	294	402	559
INSS a recuperar	3.713	15	3.713	29
Impostos a recuperar – Controladas exterior	-	-	892	2.345
Provisão para perdas	-	-	(262)	-
	48.335	24.626	51.592	29.880
(-) Total ativo circulante	(47.553)	(24.093)	(50.810)	(29.347)
Total do ativo não circulante	782	533	782	533

a) Imposto de renda retido na fonte

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre os resgates de aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

b) ICMS e IPI a recuperar

Os saldos são gerados nas operações comerciais podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

c) PIS e COFINS a recuperar

Corresponde ao saldo do PIS e da COFINS, a ser compensado com impostos e contribuições federais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

10. Créditos tributários--Continuação

d) INSS a recuperar

Em 2017, a Companhia contabilizou na demonstração do resultado, o montante de R\$3.698 (outras receitas operacionais o valor de R\$2.832 e em receita financeira o valor de R\$866), referente crédito reconhecido por decisão judicial com trânsito em julgado de processo tributário sobre a não incidência de contribuição previdenciária sobre a receita bruta nas vendas realizadas para a Zona Franca e Área de Livre Comércio. O referido crédito será integralmente compensado no exercício de 2018 com tributos de mesma natureza.

11. Investimentos

a) Composição dos investimentos

Os investimentos da Companhia apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empresas controladas	50.707	49.424	-	-
Lucros não realizados em controladas	(3.938)	(4.273)	-	-
Outros investimentos	412	412	412	412
	47.181	45.563	412	412

b) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldos no início do exercício	45.563	66.856	412	412
Adição – Grendene Argentina S.A.	734	8.694	-	-
Aumento de capital de controladas	26.880	47.417	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(24.821)	(72.844)	-	-
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	1.642	(11.479)	-	-
Baixa de diferenças cambiais de controlada – A3NP	(1.231)	1.504	-	-
Ganho por aumento de participação societária	-	5.415	-	-
Alienação de investimento – Grendene Argentina S.A.	(1.586)	-	-	-
Saldos no final do exercício	47.181	45.563	412	412

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Investimentos--Continuação

b) Movimentação dos investimentos--Continuação

Os aumentos de capital de controladas demonstrados no quadro anterior referem-se:

		Moeda estrangeira		Moeda nacional	
		2017	2016	2017	2016
Grendene USA, Inc.	US\$	6.200	3.050	19.850	10.290
Grendene UK Limited.	EUR	1.745	1.680	7.030	8.242
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.		-	-	-	28.885
		7.945	4.730	26.880	47.417

c) Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indireta (consolidadas)

	Grendene Argentina S.A. (*) (***)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*) (**)		Grendene UK Limited (*) (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (**)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante	-	9.890	13.823	13.404	27.455	31.268	10.536	8.549	144	2.791
Ativo não circulante	-	222	651	859	16.478	8.446	7.986	8.062	-	3.702
Total do ativo	-	10.112	14.474	14.263	43.933	39.714	18.522	16.611	144	6.493
Passivo circulante	-	8.678	288	382	18.078	15.080	5.755	5.866	10	1.577
Passivo não circulante	-	-	189	180	910	1.018	1.002	-	5.614	4.935
Total do passivo	-	8.678	477	562	18.988	16.098	6.757	5.866	5.624	6.512
Patrimônio líquido das controladas	-	1.434	13.997	13.701	24.945	23.616	11.765	10.745	(5.480)	(19)
Percentual de participação	-	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Participação no patrimônio líquido (investimento)	-	1.362	13.997	13.701	24.945	23.616	11.765	10.745	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

11. Investimentos--Continuação

c) Informações financeiras resumidas das controladas diretas e indireta (consolidadas)--Continuação

	Grendene Argentina S.A. (*) (***)		MHL Calçados Ltda.		Grendene USA, Inc. (*) (**)		Grendene UK Limited (*) (**)		A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (**)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receitas	31	1.785	4.161	3.879	42.780	44.578	17.333	13.542	5.138	1.651
Custos e despesas	(564)	(12.531)	(3.865)	(3.546)	(61.656)	(62.127)	(24.633)	(24.356)	(9.368)	(37.906)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício das controladas	(533)	(10.746)	296	333	(18.876)	(17.549)	(7.300)	(10.814)	(4.230)	(36.255)
Percentual de participação	95,00%	95,00%	99,998%	99,998%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Resultado de equivalência patrimonial	(507)	(10.209)	296	333	(18.876)	(17.549)	(7.300)	(10.814)	1.231	(36.236)
Lucros não realizados	-	11	-	-	391	1.594	(56)	26	-	-
Total do resultado de equivalência patrimonial	(507)	(10.198)	296	333	(18.485)	(15.955)	(7.356)	(10.788)	1.231	(36.236)
Perdas com investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.461)	(19)
Caixa líquido das atividades operacionais	-	23.268	583	584	(11.863)	(11.407)	(6.314)	(8.459)	(1.310)	(6.649)
Caixa líquido das atividades de investimento	-	-	(9)	(5)	(9.152)	(1.486)	(116)	(150)	-	(5.027)
Caixa líquido das atividades de financiamento	-	(23.508)	-	-	19.849	10.290	7.030	8.241	678	12.402
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	-	(240)	574	579	(1.166)	(2.603)	600	(368)	(632)	726

(*) Auditadas por outros auditores independentes.

(**) Valor consolidado da controlada Grendene USA, Inc. e a controlada indireta Grendene New York, L.L.C.;
Valor consolidado da controlada Grendene UK Limited. e a controlada indireta Grendene Italy S.R.L.; e
Valor consolidado da controlada A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. e a controlada indireta Z Plus EUR Company S.R.L..

(***) Em 27 de abril de 2017, foi aprovada em RCA a alienação da controlada Grendene Argentina S.A. Em 9 de junho de 2017, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações, cedendo e transferindo a totalidade de sua participação no capital social da Companhia, pelo preço total justo e acertado de R\$778, gerando, por consequência, uma perda no resultado do exercício de R\$808.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado

	Controladora						
	2017						
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	334.594	343.152	24.496	33.137	21.833	5.692	762.904
Aquisições	662	43.780	3.864	4.704	36.237	67	89.314
Baixas	(10)	(11.310)	(337)	(1.473)	(2.326)	(11)	(15.467)
Transferências	14.356	12.111	490	70	(26.561)	(466)	-
Perda por redução ao valor recuperável (**)	(9.682)	-	-	-	-	-	(9.682)
Saldo no final do exercício	339.920	387.733	28.513	36.438	29.183	5.282	827.069
Depreciação acumulada (*)	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	-
Saldo no início do exercício	(169.107)	(181.308)	(12.427)	(21.244)	-	(2.678)	(386.764)
Depreciação	(17.095)	(25.198)	(2.032)	(4.396)	-	(576)	(49.297)
Baixas	-	9.426	209	1.347	-	11	10.993
Transferências	15	(26)	(19)	4	-	26	-
Perda por redução ao valor recuperável (**)	4.949	-	-	-	-	-	4.949
Saldo no final do exercício	(181.238)	(197.106)	(14.269)	(24.289)	-	(3.217)	(420.119)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2016	165.487	161.844	12.069	11.893	21.833	3.014	376.140
Saldo em 31/12/2017	158.682	190.627	14.244	12.149	29.183	2.065	406.950

	Controladora						
	2016						
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	322.681	326.278	22.867	27.883	15.496	4.847	720.052
Aquisições	263	26.190	1.211	6.263	22.985	991	57.903
Baixas	(598)	(11.097)	(112)	(991)	(2.107)	(146)	(15.051)
Transferências	12.248	1.781	530	(18)	(14.541)	-	-
Saldo no final do exercício	334.594	343.152	24.496	33.137	21.833	5.692	762.904
Depreciação acumulada (*)	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	-
Saldo no início do exercício	(153.268)	(168.427)	(10.633)	(18.151)	-	(2.206)	(352.685)
Depreciação	(16.084)	(22.503)	(1.866)	(4.022)	-	(571)	(45.046)
Baixas	247	9.628	64	929	-	99	10.967
Transferências	(2)	(6)	8	-	-	-	-
Saldo no final do exercício	(169.107)	(181.308)	(12.427)	(21.244)	-	(2.678)	(386.764)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2015	169.413	157.851	12.234	9.732	15.496	2.641	367.367
Saldo em 31/12/2016	165.487	161.844	12.069	11.893	21.833	3.014	376.140

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

	Consolidado						
	2017						
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	343.700	345.416	27.567	34.478	21.833	10.163	783.157
Aquisições	8.291	43.781	4.118	6.006	36.237	67	98.500
Baixas	(771)	(11.310)	(1.348)	(1.561)	(2.326)	(8.383)	(25.699)
Transferências	14.356	12.111	490	70	(26.561)	(466)	-
Variação cambial	1.128	-	124	106	-	20	1.378
Provisão para perda	-	-	-	-	-	4.081	4.081
Perda por redução ao valor recuperável (**)	(9.682)	-	-	-	-	-	(9.682)
Saldo no final do exercício	357.022	389.998	30.951	39.099	29.183	5.482	851.735
Depreciação acumulada (*)	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	
Saldo no início do exercício	(171.767)	(183.216)	(14.175)	(22.435)	-	(4.493)	(396.086)
Depreciação	(18.386)	(25.384)	(2.340)	(4.596)	-	(597)	(51.303)
Baixas	214	9.426	653	1.422	-	1.662	13.377
Transferências	15	(26)	(19)	4	-	26	-
Variação cambial	(373)	-	(60)	(40)	-	162	(311)
Perda por redução ao valor recuperável (**)	4.949	-	-	-	-	-	4.949
Saldo no final do exercício	(185.348)	(199.200)	(15.941)	(25.645)	-	(3.240)	(429.374)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2016	171.933	162.200	13.392	12.043	21.833	5.670	387.071
Saldo em 31/12/2017	171.674	190.798	15.010	13.454	29.183	2.242	422.361

	Consolidado						
	2016						
	Terrenos, prédios, instalações e benfeitorias em prédios locados	Máquinas, equipamentos, ferramentas e peças e conjuntos de reposição	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado							
Saldo no início do exercício	343.752	328.542	25.658	29.431	15.496	4.919	747.798
Implantação de saldo por reversão	4.813	-	1.008	97	-	11.045	16.963
Aquisições	918	26.190	1.469	6.266	22.985	1.474	59.302
Baixas	(14.387)	(11.097)	(498)	(1.046)	(2.107)	(2.356)	(31.491)
Transferências	12.248	1.781	530	(18)	(14.541)	-	-
Variação cambial	(3.644)	-	(600)	(252)	-	(27)	(4.523)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	(4.892)	(4.892)
Saldo no final do exercício	343.700	345.416	27.567	34.478	21.833	10.163	783.157
Depreciação acumulada (*)	4%, 10% e 20%	10% e 20%	10%	20%	-	5% e 10%	
Saldo no início do exercício	(159.416)	(170.108)	(12.247)	(19.410)	-	(2.279)	(363.460)
Implantação de saldo por reversão	(64)	-	(196)	(36)	-	(906)	(1.202)
Depreciação	(17.514)	(22.730)	(2.253)	(4.138)	-	(1.479)	(48.114)
Baixas	4.354	9.628	191	948	-	171	15.292
Transferências	(2)	(6)	8	-	-	-	-
Variação cambial	875	-	322	201	-	-	1.398
Saldo no final do exercício	(171.767)	(183.216)	(14.175)	(22.435)	-	(4.493)	(396.086)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2015	184.336	158.434	13.411	10.021	15.496	2.640	384.338
Saldo em 31/12/2016	171.933	162.200	13.392	12.043	21.833	5.670	387.071

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

(*) A Companhia deprecia o ativo imobilizado pelo método linear, com base na vida útil estimada.

(**) A Companhia realiza a análise anual de *impairment*, e no exercício de 2017 identificou perda contábil líquida de seus ativos imobilizados no montante de R\$4.733.

Os custos e as despesas de depreciação estão registrados no resultado, líquidas de créditos de PIS/COFINS, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos	(42.743)	(38.790)	(42.927)	(39.010)
Despesas com vendas	(1.392)	(1.443)	(3.050)	(2.926)
Despesas gerais e administrativas	(3.909)	(3.651)	(4.062)	(5.002)
	<u>(48.044)</u>	<u>(43.884)</u>	<u>(50.039)</u>	<u>(46.938)</u>

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos, conforme descrito na Nota 14.c.

13. Intangível

	Controladora					
	2017					
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Total
Custo do intangível						
Saldo no início do exercício	52.819	19.316	4.374	7.992	1.387	85.888
Aquisições	1.402	1.406	-	1.508	4.575	8.891
Baixas	-	(2)	-	-	(28)	(30)
Transferências	79	-	-	-	(79)	-
Saldo no final do exercício	54.300	20.720	4.374	9.500	5.855	94.749
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	
Saldo no início do exercício	(38.318)	(11.968)	(4.194)	(3.934)	-	(58.414)
Amortização	(6.390)	(1.236)	(180)	(1.489)	-	(9.295)
Saldo no final do exercício	(44.708)	(13.204)	(4.374)	(5.423)	-	(67.709)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2016	14.501	7.348	180	4.058	1.387	27.474
Saldo em 31/12/2017	9.592	7.516	-	4.077	5.855	27.040

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Intangível--Continuação

	Controladora					
	2016					
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Total
Custo do intangível						
Saldo no início do exercício	49.117	17.444	4.374	6.375	2.137	79.447
Aquisições	1.191	1.879	-	1.617	2.210	6.897
Baixas	(449)	(7)	-	-	-	(456)
Transferências	2.960	-	-	-	(2.960)	-
Saldo no final do exercício	52.819	19.316	4.374	7.992	1.387	85.888
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	
Saldo no início do exercício	(31.957)	(10.833)	(3.779)	(2.640)	-	(49.209)
Amortização	(6.361)	(1.135)	(415)	(1.294)	-	(9.205)
Saldo no final do exercício	(38.318)	(11.968)	(4.194)	(3.934)	-	(58.414)
Valor contábil líquido						
Saldo em 31/12/2015	17.160	6.611	595	3.735	2.137	30.238
Saldo em 31/12/2016	14.501	7.348	180	4.058	1.387	27.474

	Consolidado						
	2017						
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Outros	Total
Custo do intangível							
Saldo no início do exercício	53.516	21.578	4.374	7.992	1.387	1.551	90.398
Aquisições	1.494	1.406	-	1.508	4.575	-	8.983
Baixa	(58)	(2)	-	-	(28)	-	(88)
Transferências	79	-	-	-	(79)	-	-
Variação cambial	23	32	-	-	-	-	55
Provisão para perda	-	(125)	-	-	-	(1.551)	(1.676)
Saldo no final do exercício	55.054	22.889	4.374	9.500	5.855	-	97.672
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	-	
Saldo no início do exercício	(38.980)	(11.983)	(4.194)	(3.934)	-	(865)	(59.956)
Amortização	(6.429)	(1.238)	(180)	(1.489)	-	-	(9.336)
Baixa	51	-	-	-	-	-	51
Variação cambial	(15)	-	-	-	-	-	(15)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	865	865
Saldo no final do exercício	(45.373)	(13.221)	(4.374)	(5.423)	-	-	(68.391)
Valor contábil líquido							
Saldo em 31/12/2016	14.536	9.595	180	4.058	1.387	686	30.442
Saldo em 31/12/2017	9.681	9.668	-	4.077	5.855	-	29.281

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

13. Intangível--Continuação

	Consolidado							
	2016							
	Software	Marcas e patentes	Fundos de comércio	Tecnologia	Software em desenvolvimento	Ágio	Outros	Total
Custo do intangível								
Saldo no início do exercício	49.903	19.415	4.374	6.375	2.137	-	-	82.204
Implantação de saldo por reversão	113	2.194	-	-	-	2.069	8.142	12.518
Aquisições	1.191	2.397	-	1.617	2.210	-	4.751	12.166
Baixa	(500)	(18)	-	-	-	(2.069)	(2.196)	(4.783)
Transferências	2.960	-	-	-	(2.960)	-	-	-
Variação cambial	(151)	(352)	-	-	-	-	-	(503)
Provisão para perda	-	(2.058)	-	-	-	-	(9.146)	(11.204)
Saldo no final do exercício	53.516	21.578	4.374	7.992	1.387	-	1.551	90.398
Amortização acumulada (*)	20%	10%	20%	20%	-	-	-	-
Saldo no início do exercício	(32.687)	(10.846)	(3.779)	(2.640)	-	-	-	(49.952)
Implantação de saldo por reversão	(41)	-	-	-	-	-	(349)	(390)
Amortização	(6.402)	(1.137)	(415)	(1.294)	-	-	(516)	(9.764)
Baixa	25	-	-	-	-	-	-	25
Variação cambial	125	-	-	-	-	-	-	125
Saldo no final do exercício	(38.980)	(11.983)	(4.194)	(3.934)	-	-	(865)	(59.956)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2015	17.216	8.569	595	3.735	2.137	-	-	32.252
Saldo em 31/12/2016	14.536	9.595	180	4.058	1.387	-	686	30.442

(*) A Companhia amortiza o ativo intangível pelo custo de aquisição.

Os custos e as despesas de amortização estão registrados no resultado, líquidas de créditos de PIS/COFINS, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos	(4.081)	(3.783)	(4.083)	(3.785)
Despesas com vendas	(1.310)	(1.479)	(1.338)	(1.498)
Despesas gerais e administrativas	(3.524)	(3.589)	(3.534)	(4.128)
	(8.915)	(8.851)	(8.955)	(9.411)

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ativos intangíveis gerados internamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

	Controladora							
			2017			2016		
	Indexador	Taxa de juros (a.a)	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional								
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Provin e Proapi	TJLP	-	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
			10.834	33.961	44.795	12.650	54.638	67.288
Moeda Estrangeira								
Capital de giro – ACE	Dólar +	2,30% e 3,87%	78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
			78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
			89.666	33.961	123.627	62.920	54.638	117.558

	Consolidado							
			2017			2016		
	Indexador	Taxa de juros (a.a)	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional								
Ativo fixo	Pré-fixado	4,31%	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Provin e Proapi	TJLP	-	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
			10.834	33.961	44.795	12.650	54.638	67.288
Moeda Estrangeira								
Capital de giro	Pesos Argentina	27,75%	-	-	-	7.814	-	7.814
Capital de giro – ACE	Dólar +	2,30% e 3,87%	78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
			78.832	-	78.832	58.084	-	58.084
			89.666	33.961	123.627	70.734	54.638	125.372

a) Financiamentos – Provin e Proapi

A Companhia goza de incentivos fiscais relativamente às suas atividades localizadas no Estado do Ceará, por meio da obtenção de financiamento concedido através do FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará, por intermédio do agente financeiro estabelecido por este fundo. Os referidos financiamentos são baseados no ICMS devido (Provin) e pelos produtos exportados (Proapi), apurados mensalmente. Os financiamentos devem ser liquidados no prazo de 36 e 60 meses após a sua liberação.

É entendimento da Administração da Companhia que o registro do benefício de redução dos valores devidos se dê no momento da obtenção dos financiamentos, por assim refletir com maior adequação o regime de competência do exercício, uma vez que o custo do ICMS e das exportações, referentes às operações incentivadas também estão sendo registrados concomitantemente aos benefícios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Financiamentos – Provin e Proapi --Continuação

No âmbito do Programa Proapi, os financiamentos são concedidos com base em 11% do valor FOB exportado com prazo de 60 meses para pagar, sobre os quais incidem juros de TJLP. No vencimento do financiamento a Companhia paga 10% do valor do saldo devedor do financiamento, sendo os restantes 90% abonados, representando um incentivo líquido de 9,9% do valor FOB exportado.

b) Cronograma de pagamentos

Apresentamos a seguir a abertura das parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo, por ano de vencimento:

Vencimentos	Parcelas de longo prazo				Total
	2019	2020	2021	2022	
Financiamentos bancários	10.708	10.341	10.341	-	31.390
Proapi	-	-	-	2.389	2.389
Provin	-	49	-	133	182
Total	10.708	10.390	10.341	2.522	33.961

c) Garantias

As garantias vinculadas aos empréstimos e financiamentos são as seguintes: a) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos adquiridos; b) terrenos e prédios; e c) garantia fidejussória prestada por aval dos acionistas da Companhia. As garantias existentes são pelos valores financiados.

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais

a) Risco de perda provável – Provisionado

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista e cível. A perda estimada foi provisionada, com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis que venham ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas e cíveis está demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais-- Continuação

a) Risco de perda provável – Provisionado--Continuação

	Controladora			Consolidado		
	2017	2016		2017	2016	
	Trabalhistas	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Trabalhistas	Cíveis
Saldo no início do exercício	2.462	1.897	-	3.195	2.883	-
Adições	1.824	2.376	7.327	1.844	2.812	7.327
Realizações	(2.954)	(1.703)	(7.327)	(3.517)	(1.718)	(7.327)
Reversões	(236)	(108)	-	(237)	(517)	-
Variação cambial	-	-	-	-	(265)	-
Saldo no final do exercício	1.096	2.462	-	1.285	3.195	-
(-) Total do passivo circulante	(824)	(1.932)	-	(833)	(2.485)	-
Total do passivo não circulante	272	530	-	452	710	-

b) Risco de perda possível – Não provisionado

A Companhia tem ações de natureza trabalhista, fiscal, cível e ambiental, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não há provisão constituída. A composição e estimativa demonstra-se a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Trabalhistas	8.957	6.383	10.120	7.499
Fiscais				
PIS e COFINS	1.050	672	1.050	672
INSS	891	383	891	383
Cíveis (*)	33.280	9.157	33.280	9.157
Ambientais	500	500	500	500
	44.678	17.095	45.841	18.211

(*) A variação decorre: (i) R\$18.000 - ação em andamento movida por representante comercial, reclassificada de perda remota para perda possível, e (ii) R\$6.000 - inclusão de uma ação movida por distribuidor comercial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

15. Provisão para riscos trabalhistas, fiscais, cíveis e ambientais-- Continuação

c) Processos de natureza ativa

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal finalizou o julgamento, na sistemática de repercussão geral, declarando inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 02 de outubro de 2017 o Supremo Tribunal Federal publicou o acórdão de julgamento que definiu que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia pleiteia judicialmente a recuperação de tributos pagos no período de 04/2002 à 03/2017, no montante aproximado de R\$272.000 (o valor poderá sofrer alterações em decorrência dos embargos de declaração por parte da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), oriundo da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que, de acordo com a avaliação de seus assessores legais, a expectativa de ganho deste pleito é provável. Nenhum ativo será registrado até que se obtenha o trânsito em julgado da ação pela Companhia, como também haja a modulação dos efeitos pelo Supremo Tribunal Federal.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 300.720.000, ações ordinárias, no valor de R\$4,09 cada. As ações representativas do capital social estão compreendidas em classe única quanto à natureza dos direitos de seus possuidores e todas com igual direito a voto, respeitadas as condições legais.

A seguir apresentamos a composição acionária da Companhia:

	Composição acionária			
	2017		2016	
	Ações ON	%	Ações ON	%
Alexandre G. Bartelle Participações S.A.	93.300.012	31,03%	93.300.012	31,03%
Verona Negócios e Participações S.A.	-	-	77.199.988	25,67%
Alexandre Grendene Bartelle	30.597.257	10,17%	31.349.457	10,43%
Pedro Grendene Bartelle	41.770.792	13,89%	4.307.340	1,43%
Maria Cristina Nunes de Camargo	5.841.280	1,94%	5.841.280	1,94%
Giovana Bartelle Veloso	12.377.599	4,12%	2.743.040	0,91%
Pedro Bartelle	12.155.199	4,04%	2.720.640	0,90%
André de Carvalho Bartelle	9.733.759	3,24%	-	-
Gabriella de Carvalho Bartelle	9.637.559	3,20%	-	-
Diretoria e Membros do conselho	732.236	0,25%	731.085	0,24%
Ações em tesouraria	7.543	0,00%	70.300	0,03%
Ações em circulação	84.566.764	28,12%	82.456.858	27,42%
	300.720.000	100,00%	300.720.000	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital

Corresponde ao valor dos planos de opções de compra ou subscrição de ações outorgados pela Companhia a seus administradores, conforme descrito na Nota 21.

c) Ações em tesouraria

Para cumprimento ao plano de opções de compra ou subscrição de ações (Nota 21), foi aprovado o programa de aquisições de 2.000.000 (dois milhões) ações ordinárias nominativas através da Ata da 71ª Reunião do Conselho de Administração de 27 de julho de 2017, sem diminuição do capital social. Esta quantidade de ações ordinárias nominativas, correspondem a 2,38% das ações em circulação.

Em conformidade com as disposições da Instrução CVM nº 567/15, o prazo máximo para a liquidação da operação é de 18 meses, contados da aprovação pelo Conselho de Administração.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora	
	Ações Ordinárias	R\$
Saldo no início do exercício	70.300	1.169
Recompras	547.841	9.837
Exercício de opção de compra de ações (Nota 21)	(610.598)	(10.872)
Saldo no final do exercício	7.543	134

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o custo médio de aquisição dessas ações foi de R\$17,96 (R\$17,28 em 2016), sendo o menor valor adquirido R\$17,24 (R\$16,04 em 2016) e o maior valor adquirido R\$18,61 (R\$17,60 em 2016).

d) Reservas de lucros

- *Reserva legal*

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social, que totaliza R\$147.934 em 31 de dezembro de 2017 (R\$127.572 em 2016).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reservas de lucros--Continuação

- *Reserva para aquisição de ações*

O saldo de R\$23.862 em 31 de dezembro de 2017 (R\$15.695 em 2016), refere-se a valor retido que tem por finalidade o resgate, a recompra ou aquisição de ações de sua própria emissão inclusive para cumprimento de suas obrigações de entregar ações aos participantes do plano de opções de compra ou subscrição de ações da Companhia.

A reserva para aquisição de ações poderá ser formada com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e estatutárias, e cujo saldo terá um limite máximo de 20% do capital social.

- *Incentivos fiscais*

Os incentivos fiscais constituídos referem-se às subvenções governamentais para investimentos, conforme demonstrado na Nota 17.

	Controladora / Consolidado					
	2017			2016		
	ICMS e Exportação	Imposto de renda	Total Incentivos fiscais	ICMS e Exportação	Imposto de renda	Total Incentivos fiscais
Saldo no início do exercício	909.055	500.938	1.409.993	720.225	425.153	1.145.378
Incentivos fiscais gerados pela operação	167.824	85.866	253.690	188.830	75.785	264.615
Saldo no final do exercício	1.076.879	586.804	1.663.683	909.055	500.938	1.409.993

e) Outros resultados abrangentes

Corresponde aos efeitos de conversão da moeda funcional para a moeda de balanço apurados sobre os investimentos societários mantidos no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

Dos lucros auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e com base na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, a Administração propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício	660.929	634.492
(-) Constituição da reserva legal	(20.362)	(18.494)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(253.690)	(264.615)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao resultado do exercício	386.877	351.383
(-) Reserva para aquisição de ações	(9.104)	-
Base de cálculo dos dividendos referentes ao resultado do exercício	377.773	351.383
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	96.719	87.846
Dividendo proposto em excesso ao mínimo obrigatório	281.054	263.537
Total dos dividendos propostos pela administração	377.773	351.383
Destinação dos proventos propostos		
Dividendos pagos antecipadamente	198.143	172.789
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	160.000	160.000
Saldo de dividendo do exercício	19.630	18.594
	377.773	351.383

Apresentamos nos quadros a seguir, a destinação dos proventos aprovados e propostos pelo Conselho de Administração da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Descrição dos proventos	Controladora			
	2017			Valor
	Data de aprovação	Data de pagamento	Proventos por ação	
Dividendos e JCP intermediários e pagos				
Dividendo	27/04/2017	17/05/2017	0,2297	69.078
Juros sobre o capital próprio	27/04/2017	17/05/2017	0,0998	30.000
Dividendo	27/07/2017	16/08/2017	0,1848	55.584
Dividendo	26/10/2017	22/11/2017	0,2444	73.481
Total de proventos distribuídos antecipadamente				228.143
Dividendos e JCP propostos e não pagos				
Dividendo			0,0653	19.630
Juros sobre o capital próprio			0,4323	130.000
Total dos proventos referente ao exercício de 2017				377.773

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

16. Patrimônio líquido--Continuação

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio--Continuação

Descrição dos proventos	Controladora			
	2016			
	Data de aprovação	Data de pagamento	Proventos por ação	Valor
Dividendo	28/04/2016	18/05/2016	0,1702	51.191
Juros sobre o capital próprio	28/04/2016	18/05/2016	0,0998	30.000
Dividendo	28/07/2016	17/08/2016	0,1513	45.505
Dividendo	20/10/2016	16/11/2016	0,2530	76.093
Dividendo	16/02/2017	26/04/2017	0,0618	18.594
Juros sobre o capital próprio	16/02/2017	26/04/2017	0,4324	130.000
Total dos proventos referente ao exercício de 2016				351.383

Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e não pagos estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, como pagamento de dividendos. Os juros sobre o capital próprio estão demonstrados no patrimônio líquido.

g) Lucro por ação

A reconciliação do lucro líquido aos montantes utilizados para calcular o lucro básico e diluído por ação (em milhares de reais, exceto valor por ação), está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	660.929	634.492
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	300.720.000	300.720.000
Média ponderada do número de ações ordinárias em tesouraria	(98.797)	(20.513)
	300.621.203	300.699.487
Lucro básico por ação ordinária	2,1985	2,1101
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	300.621.203	300.699.487
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções de compra ou subscrição de ações	940.438	609.745
	301.561.641	301.309.232
Lucro diluído por ação ordinária	2,1917	2,1058

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Subvenções governamentais para investimentos

a) Incentivos – Provin e Proapi

Provin – Programa de incentivo ao fundo de desenvolvimento industrial do Ceará (FDI) o qual consiste no diferimento equivalente a 81% do valor do ICMS efetivamente recolhido, incidente sobre a sua produção própria. Do valor de cada parcela do benefício, o equivalente a 1% será pago de uma só vez, no último dia do mês de vencimento, após 60 meses e será devidamente corrigida, desde a data do desembolso até a data de vencimento, pela aplicação da TJLP.

Prazos de vencimentos deste benefício					
Unidades industriais	Incentivo	%	Prazos de vencimentos	%	Prazos de vencimentos
Sobral – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Fev/2019	75%	Mar/2019 até Abr/2025
Crato – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Set/2022	75%	Out/2022 até Abr/2025
Fortaleza – CE	PROVIN - ICMS	81%	Até Abr/2025		

Proapi – Programa de incentivos às atividades portuárias e industriais do Ceará, consiste no financiamento para empresas industriais predominantemente exportadoras de calçados de componentes de calçados e de artefatos e peles e couro exceto em “wet blue”, sediadas no Estado, através da utilização dos recursos decorrentes dos retornos das operações do FDI, enquanto não creditadas à conta do tesouro do Estado (Nota 14).

Prazo de vencimento deste benefício		
Unidade industrial	Incentivo	Prazo de vencimento
Sobral – CE	PROAPI - EXPORTAÇÃO	Até Mar/2017

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado no resultado da Companhia o valor de R\$167.824 (R\$188.830 em 2016) relativo às parcelas incentivadas desses incentivos, no grupo de receita líquida de vendas, conforme demonstrado na Nota 22. Esses valores foram destinados para reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado no seu ativo como títulos a receber, o valor de R\$70.502 (R\$80.795 em 2016), referente ao incentivo Proapi.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Subvenções governamentais para investimentos--Continuação

b) Incentivos – Procomex e Probahia

Procomex – Programa de incentivo ao comércio exterior, com a finalidade de estimular as exportações de produtos fabricados no Estado da Bahia e o financiamento do imposto incidente na importação de produtos destinados à comercialização e industrialização promovidas por novas indústrias instaladas no estado. A Controlada MHL Calçados Ltda. possui crédito fiscal de ICMS equivalente a 11% do valor FOB das operações de exportação de calçados, e seus componentes. O incentivo é válido até dezembro de 2021.

Probahia – Programa de promoção de desenvolvimento da Bahia, com finalidade de promover a diversificação, estimular a transformação e os processos industriais do estado.

A Controlada MHL Calçados Ltda. possui crédito fiscal de ICMS em 90% do imposto incidente, nas operações de saídas de calçados e seus componentes e diferimento do ICMS pago relativo ao diferencial de alíquota pela aquisição de imobilizado e nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes. O incentivo é válido até novembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado no resultado da controlada o valor de R\$142 (R\$121 em 2016) relativo às parcelas incentivadas desses incentivos, no grupo de receita líquida de vendas, conforme demonstrado na Nota 22. Esses valores foram destinados para reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

c) Incentivo de Imposto de Renda

A Companhia e sua controlada MHL Calçados Ltda. são beneficiárias de incentivo de redução de 75% do imposto de renda calculado com base no lucro de exploração, nas unidades industriais sediadas na área de atuação da SUDENE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi registrado no resultado da Companhia o valor de R\$85.866 (R\$75.785 em 2016) relativo à parcela incentivada desse incentivo, no grupo do imposto de renda, conforme demonstrado na Nota 18. Esses valores foram destinados para reserva de lucros à conta de “Incentivos fiscais”, no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

17. Subvenções governamentais para investimentos--Continuação

c) Incentivo de Imposto de Renda--Continuação

Prazos de vencimentos deste benefício		
Unidades industriais	% Redução do imposto	Prazos de vencimentos
Sobral – CE	75%	Até Dez/2022
	75%	Até Dez/2023
Fortaleza – CE	75%	Até Dez/2020
Crato – CE	75%	Até Dez/2026
Teixeira de Freitas – BA	75%	Até Dez/2017

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Os valores devidos do imposto de renda e contribuição social correntes registrados na despesa dos exercícios, líquido dos incentivos fiscais, estão demonstrados a seguir:

Controladora						
2017			2016			
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Valor devido	(93.970)	(35.731)	(129.701)	(86.785)	(33.671)	(120.456)
Incentivos fiscais	85.866	-	85.866	75.785	-	75.785
	(8.104)	(35.731)	(43.835)	(11.000)	(33.671)	(44.671)
Consolidado						
2017			2016			
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Valor devido	(94.229)	(35.743)	(129.972)	(86.810)	(33.688)	(120.498)
Incentivos fiscais	85.866	-	85.866	75.785	-	75.785
	(8.363)	(35.743)	(44.106)	(11.025)	(33.688)	(44.713)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	690	485	690	771
Descontos por pontualidade estimados	1.744	1.568	1.746	1.569
Ajustes a valor presente – AVP	800	953	800	953
Perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos	849	749	849	749
Provisão para riscos trabalhistas	69	154	80	352
Prejuízo fiscal em controladas	-	-	131	135
Operações de hedge	(25)	(162)	(25)	(162)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	32.500	32.500	32.500	32.500
Outros	246	267	2	(247)
	36.873	36.514	36.773	36.620
Contribuição social				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	994	698	994	698
Descontos por pontualidade estimados	2.511	2.258	2.515	2.260
Ajustes a valor presente – AVP	1.152	1.373	1.152	1.373
Perdas estimadas para ajuste dos estoques obsoletos	1.223	1.078	1.223	1.078
Provisão para riscos trabalhistas	99	221	116	240
Prejuízo fiscal em controladas	-	-	189	194
Operações de hedge	(37)	(233)	(37)	(233)
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	11.700	11.700	11.700	11.700
Outros	354	384	2	2
	17.996	17.479	17.854	17.312
Total ativo não circulante	54.869	53.993	54.627	53.932

c) Movimentação do Imposto de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo no início do exercício	53.993	43.505	53.932	43.554
Tributos gerados no resultado do exercício	876	10.488	917	10.556
Tributos gerados no patrimônio líquido	-	-	(222)	(178)
Saldo no final do exercício	54.869	53.993	54.627	53.932

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

	Controladora			
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	703.888	703.888	668.675	668.675
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(175.972)	(63.350)	(167.169)	(60.181)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.289)	(2.264)	(21.489)	(7.736)
Custos e despesas não dedutíveis	(1.917)	(690)	(1.092)	(393)
Ajustes a valor presente – AVP	460	-	(643)	-
Plano de opções de ações	(1.592)	(573)	(1.321)	(476)
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	-	-	2.870	1.033
Operações de hedge	(409)	-	1.261	-
Lucro não realizado nos estoques	63	-	306	-
Reintegra	2.815	1.013	129	47
Incentivos fiscais estaduais	41.956	15.104	47.208	16.995
Incentivo à inovação tecnológica	8.182	2.946	7.817	2.369
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ	2.382	-	2.215	-
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lei Rouanet/ Funcriança/ Audiovisual/Desporto/ Fundo Idoso)	2.878	-	3.271	-
Provisão para perdas em controlada	(1.365)	(491)	6.995	2.518
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	40.000	14.400	40.000	14.400
Perdas cambiais com investimentos	(2.251)	(810)	-	-
Perda com alienação de investimento	(202)	(73)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(1.183)	(426)	-	-
Outros	(1.167)	-	475	623
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(93.611)	(35.214)	(79.167)	(30.801)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	85.866	-	75.785	-
Valor registrado no resultado	(7.745)	(35.214)	(3.382)	(30.801)
Total de tributos registrados ao resultado	(42.959)		(34.183)	
Tributos correntes	(43.835)		(44.671)	
Tributos diferidos	876		10.488	
Alíquota efetiva	6,1%		5,1%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais--Continuação

	Consolidado			
	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	704.092	704.092	668.112	668.112
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(176.023)	(63.368)	(167.028)	(60.130)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Custos e despesas não dedutíveis	(1.917)	(690)	(1.093)	(394)
Ajustes a valor presente – AVP	460	-	(643)	-
Plano de opções de ações	(1.592)	(573)	(1.321)	(476)
Diferenças cambiais sobre controladas no exterior	-	-	2.870	1.033
Operações de hedge	(409)	-	1.261	-
Lucro não realizado nos estoques	63	-	306	-
Reintegra	2.815	1.013	129	47
Incentivos fiscais estaduais	41.992	15.117	47.238	17.006
Incentivo à inovação tecnológica	8.182	2.946	7.817	2.369
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (PAT)	2.383	-	2.216	-
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lei Rouanet/ Funcriança/ Audiovisual/ Desporto/ Fundo Idoso)	2.878	-	3.271	-
Provisão para perdas em controlada	(1.365)	(491)	6.995	2.518
Juros sobre o capital próprio imputado aos dividendos	40.000	14.400	40.000	14.400
Perdas cambiais com investimentos	(2.251)	(810)	-	-
Perda com alienação de investimento	(202)	(73)	-	-
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(1.183)	(426)	-	-
Outros / Provisões	(7.685)	(2.246)	(21.281)	(7.052)
Valor antes da dedução do incentivo fiscal IRPJ	(93.854)	(35.201)	(79.263)	(30.679)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	85.866	-	75.785	-
Valor registrado no resultado	(7.988)	(35.201)	(3.478)	(30.679)
Total de tributos registrados ao resultado	(43.189)		(34.157)	
Tributos correntes	(44.106)		(44.713)	
Tributos diferidos	917		10.556	
Alíquota efetiva	6,1%		5,1%	

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis” e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- Aplicações financeiras – as aplicações classificadas nas categorias “investimentos mantidos até o vencimento”, que são mensuradas ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros e as aplicações classificadas como “ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado” que são mensuradas ao seu valor justo.
- Contas a receber de clientes – são classificadas na categoria “empréstimos e recebíveis” e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, perdas estimadas para liquidações duvidosas, descontos por pontualidade estimados e ajustes a valor presente.
- Fornecedores e comissões a pagar – são classificados na categoria “passivos mensurados pelo custo amortizado” e decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações cambiais e monetárias, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos – são classificados na categoria “passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos se aproximam aos seus valores contábeis na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor dos principais instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	18.240	8.184	30.119	20.663
Aplicações financeiras (*)	1.750.526	1.568.715	1.750.526	1.568.715
Contas a receber de clientes	857.931	756.360	850.345	760.953
Derivativos	407	2.586	407	2.586
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	123.627	117.558	123.627	125.372
Fornecedores	35.387	39.965	36.705	41.369
Comissões a pagar	41.686	39.087	41.622	39.831

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

a) Instrumentos Financeiros--Continuação

(*) A Companhia mensura seus instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 40 – R1 (IFRS 7) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, e de acordo com o nível 1 de hierarquia.

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na Nota 4.c.4.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

b.1) *Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais*

A estratégia de contratação destas operações tem como objetivo a proteção das receitas de vendas e ativos financeiros da Companhia e de suas controladas sujeitas à exposição cambial. Estes instrumentos são utilizados com a finalidade específica de proteção, cujo portfólio consiste, na venda de dólares dos Estados Unidos futuro, mediante instrumentos financeiros destinados a este fim, tais como: contrato de venda na BM&F e ACE (Adiantamentos de cambiais entregues).

Nas operações de contrato de venda na BM&F o impacto sobre o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas ocorre mediante a apuração de ajustes da cotação do dólar dos Estados Unidos até a liquidação dos contratos.

Para reduzir a exposição cambial líquida de seus negócios os gestores poderão negociar contratos futuros de vendas de USD na BM&F até o limite máximo dado pela soma dos seguintes itens: (i) saldos bancários em moeda estrangeira mantidos no exterior; (ii) aplicações financeiras mantidas no exterior; (iii) saldo de contas a receber (denominados em USD) de câmbios a contratar; (iv) até 25% das projeções de exportações anuais equivalente a aproximadamente 90 dias de exportações previstas (normalmente correspondente a pedidos em carteira e negociações de vendas em andamento), menos (i) saldos de fornecedores mantidos em moeda estrangeira (ii) importações em andamento e (iii) ACC (Adiantamento de contrato de câmbio). Estes riscos são monitorados diariamente e administrados através de controles internos, que visam demonstrar os limites de exposição e adequá-los à política de gestão de riscos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

b) Instrumentos Financeiros Derivativos--Continuação

b.1) *Operações de Instrumentos Derivativos Cambiais*--Continuação

Não é permitida a utilização de outras formas de proteção cambial sem expressa autorização dos administradores da Companhia. Até o presente momento, a Companhia não autorizou a utilização de outras formas de proteção cambial diferentes das relatadas no parágrafo anterior.

As operações de proteção cambial são usualmente efetuadas junto à BM&F através de corretoras especializadas, realizadas sem margameento. O valor da garantia é de R\$52.236 em 31 de dezembro de 2017 (R\$51.362 em 2016), normalmente constituído por aplicações financeiras da Companhia em títulos públicos, observando-se limites e exposições ao risco de câmbio, conforme definido na política de gestão de riscos de suas contrapartes.

No quadro abaixo são demonstradas as posições verificadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com os valores nominais e de mercado, os quais foram apurados conforme descrito na Nota 4.c.1 e 4.c.2.

	Valor de referência (notional) – US\$		Valor de referência – R\$		Saldo a Receber (Pagar)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contratos futuros						
Compromisso de venda	64.500	73.500	213.864	240.947	407	2.586

É importante salientar que estas operações estão associadas ao recebimento das vendas e a ativos financeiros em moeda estrangeira, os quais estão igualmente relacionados à variação da cotação do câmbio, compensando eventuais ganhos ou perdas apuradas. O saldo a receber apresentado em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$407 (R\$2.586 em 2016), está classificado na conta de títulos a receber.

c) Gerenciamento de Riscos

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*

Os principais passivos financeiros da Companhia, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, são compostos por empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. A Companhia possui outros créditos, contas a receber, disponibilidades e investimentos de curto prazo que são obtidos diretamente de suas operações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio e risco de preço de commodities), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, depósitos, títulos disponíveis para venda e instrumentos financeiros derivativos.

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

a) Risco de crédito:

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito pela possibilidade de não receber valores decorrentes do contas a receber de clientes ou de créditos junto a instituições financeiras.

A gestão de riscos da Companhia e de suas controladas adotam as seguintes práticas: (i) análise de créditos concedidos a clientes e estabelecimento de limite de vendas. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber de clientes da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016; e (ii) seletividade das instituições financeiras, que são considerados pelo mercado como de primeira linha (10 maiores bancos por ativo do país) e diversificação de instrumentos financeiros de aplicações de recursos da empresa, que estão aplicados a uma cesta de indicadores composta por CDI, Taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar descasamento de contas a receber e a pagar. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. O quadro a seguir demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora					
	2017			2016		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Capital de giro e ACE	78.832	-	78.832	50.270	-	50.270
Financiamentos – Proapi e Provin	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
	89.666	33.961	123.627	62.920	54.638	117.558

	Consolidado					
	2017			2016		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	10.834	31.390	42.224	10.841	42.198	53.039
Capital de giro e ACE	78.832	-	78.832	58.084	-	58.084
Financiamentos – Proapi e Provin	-	2.571	2.571	1.809	12.440	14.249
	89.666	33.961	123.627	70.734	54.638	125.372

	Controladora					
	2017			2016		
	Projeção incluindo juros futuros			Projeção incluindo juros futuros		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	12.363	33.577	45.940	12.815	45.697	58.512
Capital de giro e ACE	79.531	-	79.531	50.865	-	50.865
Financiamentos – Proapi e Provin	-	3.241	3.241	1.871	15.433	17.304
	91.894	36.818	128.712	65.551	61.130	126.681

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuaçãoc) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

b) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado					
	2017			2016		
	Projeção incluindo juros futuros			Projeção incluindo juros futuros		
	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total	Até um ano	De 1 a 9 anos	Total
Financiamento ativo fixo	12.363	33.577	45.940	12.815	45.697	58.512
Capital de giro e ACE	79.531	-	79.531	58.956	-	58.956
Financiamentos – Proapi e Provin	-	3.241	3.241	1.871	15.433	17.304
	91.894	36.818	128.712	73.642	61.130	134.772

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados a uma cesta de indicadores como CDI, taxas pré-fixadas ou corrigidos pela inflação.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou o ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além de contas a receber de clientes originado por exportações a partir do Brasil, aplicações financeiras e investimentos no exterior se constituem um hedge natural, para proteger a Companhia das oscilações cambiais. Para o saldo entre ativos e passivos sujeitos ao risco da variação cambial a Companhia e suas controladas avaliam sua exposição cambial e contratam, se necessário, instrumento financeiro derivativo adicional, como forma de proteção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.1) *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas*--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui adiantamentos de contrato de exportação de US\$23.835 mil (US\$15.427 mil em 2016), o qual é compatível com as vendas programadas para o mercado externo no vencimento dos contratos. Não há outros financiamentos e empréstimos contratados ou indexados a qualquer moeda estrangeira.

Risco de preço das commodities: Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar commodities como matéria prima, a Companhia poderá ter seus custos dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços internacionais destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais.

c.2) *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2017 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes de 25% e 50% para aplicações financeiras e crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e resgates de aplicações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA, IGPM e CDI.

No quadro a seguir são apresentadas as posições em aberto em 31 de dezembro de 2017, com os valores nominais e juros de cada instrumento contratado, a saber:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.2) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros--Continuação

	Determinação das receitas financeiras		Aumento das despesas financeiras	
	Referência para receitas financeiras		Referência para passivo financeiro	Encargos de financiamento Proapi e Provin
	CDI %	IPCA	TJLP	
Cenário Provável – Valor contábil	6,99%	2,80%	60.979	180
Cenário Possível – 25%	5,24%	2,10%	49.820	225
Cenário Remoto – 50%	3,49%	1,40%	38.591	270

c.3) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos contratados

c.3.1) Instrumentos de proteção cambial

A Companhia projetou o impacto das operações destinadas à proteção de taxa de câmbio em 3 (três cenários), considerando que as operações seriam liquidadas, na posição com vencimento em 31 de janeiro de 2018, conforme demonstrado a seguir:

	Valores de referência			
	Posição vendida em US\$	Cotação do dólar – R\$	Valor – R\$	Impacto – R\$
Cenário Provável – Valor contábil	64.500	3,3157	213.864	407
Cenário Possível – 25%	64.500	4,1447	267.333	(53.469)
Cenário Remoto – 50%	64.500	4,9736	320.797	(106.933)

c.4) Gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios da Companhia, mantendo uma política de baixo nível de alavancagem, desta forma protegendo seu capital de oscilações da política econômica do governo, maximizando o valor para o acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas do país. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode adequar a política de pagamento de dividendos aos acionistas.

A política de dividendos da Companhia pode incluir os incentivos fiscais relacionados aos programas Provin e Proapi na base de cálculo dos dividendos, desde que não haja impacto nos objetivos, políticas ou processos de gestão de capital da Companhia. Não houve impactos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de Riscos--Continuação

c.4) Gestão de capital--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos	123.627	117.558	123.627	125.372
(-) Caixa e equivalentes de Caixa	(18.240)	(8.184)	(30.119)	(20.663)
Dívida líquida	105.387	109.374	93.508	104.709
Patrimônio líquido	3.217.609	2.921.998	3.217.609	2.922.070
Índice de alavancagem financeira	3,3%	3,7%	2,9%	3,6%

20. Saldos e transações com partes relacionadas

Durante os exercícios, a Companhia praticou as seguintes transações com as partes relacionadas:

a) Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas

	Controladora							
	Saldos				Transações			
	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas diretas								
Grendene Argentina S.A.								
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	-	-	39	88
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	-	745	701
MHL Calçados Ltda.								
Saldo 31/12/2017	9	9	21	-	1.024	35	-	-
Saldo 31/12/2016	-	3	62	-	865	8	-	-
Grendene USA, Inc.								
Saldo 31/12/2017	-	-	12.621	537	17.983	1.082	1.339	1.122
Saldo 31/12/2016	-	-	9.311	333	14.641	1.025	1.666	4.536
Grendene UK Limited.								
Saldo 31/12/2017	-	-	849	-	1.195	-	1.150	1.142
Saldo 31/12/2016	-	-	395	-	953	-	1.959	2.086
A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A.								
Saldo 31/12/2017	5.614	5.480	-	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2016	5.349	19	-	-	-	-	2.508	(237)
Controlada indireta								
Grendene Italy SRL.								
Saldo 31/12/2017	-	-	3.287	-	3.664	-	212	313
Saldo 31/12/2016	-	-	2.969	-	2.697	-	367	896

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

a) Montantes dos saldos e transações a receber e a pagar – Empresas relacionadas--Continuação

	Controladora/Consolidado							
	Saldos				Transações			
	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Contas a receber por vendas	Contas a pagar	Vendas de produtos	Compras de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras
Controladas por acionistas da Grendene S.A.								
Vulcabrás azaléia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.								
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	69	2	-	-
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	3	-	-
Vulcabrás azaléia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.								
Saldo 31/12/2017	-	-	-	-	1.291	-	-	-
Vulcabrás azaléia Argentina S.A.								
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	592	-	-
Vulcabrás Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.								
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	5	-	-	-
Lagoa Clara Agrícola S.A.								
Saldo 31/12/2016	-	-	-	-	-	8	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações

Partes relacionadas	Natureza das transações	Prazos médios
Controladas diretas		
Grendene Argentina S.A.	Venda de calçados	96 dias
MHL Calçados Ltda.	Venda de insumos utilizados na produção de calçados	37 dias
	Compra de insumos utilizados na produção de calçados	55 dias
Grendene USA, Inc.	Venda de calçados	199 dias
	Compras de serviços referentes comissões	11 dias
Grendene UK Limited.	Venda de calçados	197 dias
Controlada indireta		
Grendene Italy S.R.L.	Venda de calçados	258 dias
Controladas por acionistas da Grendene S.A.		
Vulcabrás azaleia – CE, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Compras de serviços referentes comissões	11 dias
	Licença de uso de marca	83 dias
	Indenizações a representantes	2 dias
Vulcabrás azaleia – BA, Calçados e Artigos Esportivos S.A.	Venda de matrizes utilizadas na produção de calçados	33 dias
Vulcabrás Azaleia Argentina S.A.	Compra de produtos e serviços com a Controlada Grendene Argentina	1 dia
Vulcabrás Distribuidora de Artigos Esportivos Ltda.	Venda de calçados	85 dias
Lagoa Clara Agrícola S.A.	Compra de imobilizado	1 dia

A Companhia Alexandre G. Bartelle Participações S.A. é controladora da Grendene S.A.. Não há outras transações, exceto dividendos pagos, entre a Companhia e sua controladora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

20. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação**c) Remuneração da administração chave**

As despesas com salários e encargos sociais, pagas às pessoas chaves estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Conselho da administração	1.116	1.056
Conselho fiscal	428	401
Diretoria estatutária	4.159	3.915
	5.703	5.372

Como remuneração variável a Companhia possui um plano de opções de compra ou subscrição de ações conforme transcrito na Nota 21, tendo reconhecido como despesa o valor correspondente ao prêmio da opção em 31 de dezembro de 2017 de R\$6.368 (R\$5.283 em 2016).

A Companhia não pagou a suas pessoas chave da administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e c) benefícios de pós emprego.

d) Outras partes relacionadas

A Companhia utiliza serviços de assessoria e agenciamento de viagens aéreas de empresas pertencentes à parte relacionada, conforme demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Dall'Onder Viagens & Turismo Ltda.	479	413
Mailson da Nóbrega Consultoria S/C Ltda.	72	66
Ochman, Real Amadeo Advogados Associados	98	54
	649	533

As transações realizadas com partes relacionadas são efetuadas em condições comutativas e de acordo com os critérios de avaliação e seleção de fornecedores. Os valores gastos com estes serviços representaram aproximadamente 0,04% das despesas gerais da Companhia. Não existem saldos pendentes a pagar em 31 de dezembro de 2017.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Abril de 2008, os acionistas da Companhia aprovaram o “Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações”, a vigorar a partir de 14 de Abril de 2008, para diretores e gerentes da Companhia, exceto diretores controladores. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual poderá delegar suas funções, observadas as restrições previstas em lei, ao Comitê criado em 12 de fevereiro de 2015, conforme ata da 59ª Reunião do Conselho de Administração.

As opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Outorga de Opções estão limitadas a 5% do capital social da Companhia. As ações a serem entregues como resultados do exercício de opção serão emitidas em decorrência de deliberação de aumento de capital, pelo Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado da Companhia ou utilização de ações em tesouraria, dentro dos limites legais.

Os beneficiários do Plano de Opção de Compra ou Subscrição de Ações poderão exercer suas opções dentro de até 6 anos contados da data de outorga. O período de carência (*vesting*) será de até 3 anos, com liberações de 33% a partir do primeiro aniversário, 66% a partir do segundo aniversário e 100% a partir do terceiro aniversário.

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$6.368 (R\$5.283 em 2016) como despesa com pessoal por meio de opções de compras de ações, com base no valor justo das operações na data de concessão das mesmas.

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações

A composição das opções outorgadas e as movimentações ocorridas são demonstradas a seguir:

2017								
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Saldo final
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	8.049	-	(8.049)	-	-
13/02/2014	9,84	13/02/2017	370.158	112.904	-	(112.904)	-	-
12/02/2015	8,42	12/02/2017	431.036	202.828	-	(199.792)	(3.036)	-
12/02/2015	8,42	12/02/2018	646.554	202.828	-	-	(10.833)	191.995
25/02/2016	7,80	25/02/2017	297.282	294.360	-	(289.853)	(4.507)	-
25/02/2016	7,80	25/02/2018	594.564	294.360	-	-	(15.735)	278.625
25/02/2016	7,80	25/02/2019	891.846	294.360	-	-	(15.735)	278.625
16/02/2017	8,99	16/02/2018	242.384	-	242.384	-	(10.008)	232.376
16/02/2017	8,99	16/02/2019	484.768	-	242.384	-	(10.008)	232.376
16/02/2017	8,99	16/02/2020	727.152	-	242.384	-	(10.008)	232.376
				1.409.689	727.152	(610.598)	(79.870)	1.446.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

a) Resumo de outorga de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

2016									
Data da outorga	Preço de exercício da opção	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade máxima de ações	Saldo Inicial	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Antecipação do prazo de carência	Saldo final
24/02/2011	10,80	24/02/2012	580.544	5.956	-	(5.956)	-	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2013	1.161.088	5.956	-	(5.956)	-	-	-
24/02/2011	10,80	24/02/2014	1.741.632	53.114	-	(45.065)	-	-	8.049
28/02/2013	9,55	28/02/2016	795.549	240.561	-	(240.561)	-	-	-
13/02/2014	9,84	13/02/2016	246.772	117.371	-	(119.080)	-	1.709	-
13/02/2014	9,84	13/02/2017	370.158	117.371	-	-	(2.758)	(1.709)	112.904
12/02/2015	8,42	12/02/2016	215.518	210.298	-	(215.948)	-	5.650	-
12/02/2015	8,42	12/02/2017	431.036	210.298	-	-	(4.645)	(2.825)	202.828
12/02/2015	8,42	12/02/2018	646.554	210.298	-	-	(4.645)	(2.825)	202.828
25/02/2016	7,80	25/02/2017	297.282	-	297.282	-	(2.922)	-	294.360
25/02/2016	7,80	25/02/2018	594.564	-	297.282	-	(2.922)	-	294.360
25/02/2016	7,80	25/02/2019	891.846	-	297.282	-	(2.922)	-	294.360
				1.171.223	891.846	(632.566)	(20.814)	-	1.409.689

O valor justo das opções é calculado na data da outorga dos planos, e não é remensurado posteriormente, devido à liquidação do plano ser feita por meio de instrumentos patrimoniais, como descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações. Por isso, a Companhia fica sujeita à variação do preço da ação no mercado quando do exercício das opções por parte dos beneficiários dos planos.

Em 2017, a Companhia adquiriu, para cumprimento dos planos de exercício de opção de compra de ações, 547.841 ações, a um custo médio de R\$17,96 totalizando R\$9.837. No primeiro trimestre de 2017 foram exercidas 610.598 ações, a um custo médio de R\$17,80, totalizando um montante de R\$10.872.

Em 2017, a Companhia reconheceu a diferença entre o preço médio de exercício das opções e o custo médio das ações adquiridas para cumprimento destes exercícios, no valor de R\$937, diretamente no patrimônio líquido, uma vez que a liquidação das opções dos planos ocorre com instrumentos patrimoniais, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 10 – R1 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações.

b) Movimentação das operações ou subscrição de ações

A movimentação das operações de alienação, cancelamentos e aquisições ocorridas no exercício, decorrentes das operações com opções, está demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

b) Movimentação das operações ou subscrição de ações--Continuação

Plano	Movimentação	Prazo de carência a partir da outorga	Quantidade de ações	Movimentação de ações	Valor do prêmio	Despesa realizada por opção de ações exercidas e canceladas
Quarto	Saldo no início do exercício	-	8.049	-	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	24/02/2014	-	(8.049)	1,74	(14)
	Saldo no final do exercício	-	-	-	-	-
Sétimo	Saldo no início do exercício	-	112.904	-	-	-
	(-) Exercício de opção de compra de ações	13/02/2017	-	(112.904)	6,07	(685)
	Saldo no final do exercício	-	-	-	-	-
Oitavo	Saldo no início do exercício	-	405.656	-	-	-
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(4.426)	6,29	(19)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	12/02/2017	-	(199.792)	6,10	(1.219)
	(-) Canceladas	12/02/2017	-	(3.036)	6,10	(18)
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(1.795)	6,29	(8)
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(2.531)	6,29	(14)
	(-) Canceladas	12/02/2018	-	(2.081)	6,29	(12)
	Saldo no final do exercício	-	191.995	-	-	-
Nono	Saldo no início do exercício	-	883.080	-	-	-
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(6.824)	7,76	(26)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(6.824)	7,83	(18)
	(-) Exercício de opção de compra de ações	25/02/2017	-	(289.853)	7,59	(2.200)
	(-) Canceladas	25/02/2017	-	(4.507)	7,59	(34)
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(2.643)	7,76	(12)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(2.643)	7,83	(8)
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(3.484)	7,76	(22)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(3.484)	7,83	(14)
	(-) Canceladas	25/02/2018	-	(2.784)	7,76	(20)
	(-) Canceladas	25/02/2019	-	(2.784)	7,83	(13)
	Saldo no final do exercício	-	557.250	-	-	-
Décimo	Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-
	Opções de compra de ações emitidas	-	727.152	-	-	-
	(-) Canceladas	16/02/2018	-	(2.282)	9,77	(4)
	(-) Canceladas	16/02/2019	-	(2.282)	9,49	(2)
	(-) Canceladas	16/02/2020	-	(2.282)	9,21	(1)
	(-) Canceladas	16/02/2018	-	(2.987)	9,77	(17)
	(-) Canceladas	16/02/2019	-	(2.987)	9,49	(8)
	(-) Canceladas	16/02/2020	-	(2.987)	9,21	(6)
	(-) Canceladas	16/02/2018	-	(4.739)	9,77	(38)
	(-) Canceladas	16/02/2019	-	(4.739)	9,49	(19)
	(-) Canceladas	16/02/2020	-	(4.739)	9,21	(12)
	Saldo no final do exercício	-	697.128	-	-	-
Movimentação das ações no patrimônio líquido						(4.463)

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados

A Companhia reconhece as despesas com remuneração variável dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, o qual foi estimado usando-se o modelo de precificação de opções "Black-Scholes". Para determinar este valor justo médio ponderado, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

21. Plano de opções de compra ou subscrição de ações--Continuação

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento das despesas com remuneração de empregados--Continuação

	4º Plano	7º Plano	8º Plano	9º Plano	10º Plano
Data da outorga	24/02/2011	13/02/2014	12/02/2015	25/02/2016	16/02/2017
Total de opções de compra concedido	1.741.632	370.158	646.554	891.846	727.152
Preço de exercício	10,80	9,84	8,42	8,88	9,81
Volatilidade estimada	27,60%	26,35%	26,51%	29,89%	20,16
Dividendo esperado sobre as ações	4%	6%	5%	6%	6%
Taxa de juros livre de risco média ponderada	12,50%	11,25%	12,75%	14,25%	9,50%
Maturidade máxima	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos	6 anos
Maturidade média	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos	2,5 anos
Valor justo na data da concessão	1,20	5,96	6,07	7,73	9,49

A volatilidade foi apurada com base na oscilação média histórica do preço da ação dos últimos 18 meses anteriores à data da outorga.

Os dividendos esperados foram obtidos com base na média de pagamentos de dividendos por ação em relação ao valor de mercado das ações nos últimos 12 meses.

A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a taxa média projetada da Selic, divulgada pelo Banco Central (BACEN).

O valor justo das opções é calculado no momento da outorga e apropriado como despesa, em base linear, durante o período de aquisição do direito (*vesting period*).

A Companhia não está compromissada à recompra de ações que forem adquiridas pelos beneficiários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

22. Receita líquida de vendas e serviços

A receita líquida de vendas e serviços apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta de vendas e serviços	2.689.927	2.447.200	2.727.675	2.483.038
<i>Mercado interno</i>	2.170.180	1.934.408	2.172.640	1.936.016
<i>Ajuste a valor presente – AVP</i>	(66.091)	(65.643)	(66.091)	(65.643)
<i>Mercado externo</i>	567.823	527.601	603.111	560.149
<i>Ajuste a valor presente – AVP</i>	(4.420)	(2.485)	(4.420)	(803)
<i>Incentivos fiscais – Proapi/ Procomex</i>	11.174	52.802	11.174	52.802
<i>Reintegra</i>	11.261	517	11.261	517
Devolução de vendas	(46.604)	(48.978)	(47.829)	(50.867)
Descontos financeiros	(100.063)	(89.445)	(103.082)	(91.194)
Impostos sobre as vendas e serviços	(447.286)	(398.707)	(448.492)	(399.749)
Incentivos fiscais ICMS – Provin/ Probahia	156.650	136.028	156.792	136.149
INSS	(28.840)	(28.377)	(28.879)	(28.413)
FEEF	(4.200)	(3.844)	(4.213)	(3.849)
	2.219.584	2.013.877	2.251.972	2.045.115

Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 20,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Contribuição para Seguridade Social	1,50%

Em 01 de setembro de 2016, entrou em vigor o Decreto nº 32.013 de 16 de agosto de 2016 do estado do Ceará, que instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF), com vigência de 2 anos. O mesmo será composto por recursos oriundos de depósitos efetuados pelas empresas beneficiárias de incentivos e benefícios fiscais já concedidos, ou que vierem a ser concedidos pelo estado, no âmbito do ICMS. Em contrapartida os prazos dos incentivos fiscais serão prorrogados pelo dobro do prazo em que se der esta contribuição.

Os estabelecimentos beneficiários por meio de incentivos e benefícios fiscais deverão realizar o depósito de 10% sobre o valor do respectivo incentivo ou benefício utilizado em cada período de apuração do ICMS ao FEEF. Se por ventura tenha havido aumento nominal na arrecadação do ICMS em um patamar igual ou superior a 10% do mesmo período (mês) de apuração do ano anterior o contribuinte fica dispensado do recolhimento deste encargo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos de calçados e móveis, conforme descrito na Nota 4.o. No segmento de calçados, embora destinados a diversos públicos e classes sociais não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

As vendas consolidadas no mercado interno e externo e os ativos não circulantes estão assim demonstrados:

	Controladora				Consolidado	
	2017		2016		2017	2016
	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Ativo não circulante	Receita bruta de vendas	Receita bruta de vendas
Calçados						
Mercado interno	2.104.089	13.997	1.868.765	13.701	2.105.580	1.870.200
Mercado externo	585.838	32.772	578.435	31.450	621.126	612.504
Móveis						
Mercado interno	-	-	-	-	969	173
Mercado externo	-	-	-	-	-	161
	2.689.927	46.769	2.447.200	45.151	2.727.675	2.483.038

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se aos investimentos de suas controladas: MHL Calçados Ltda. (sediada no Brasil), Grendene Argentina S.A. (sediada na Argentina), Grendene USA, Inc. (sediada nos Estados Unidos), Grendene UK Limited (sediada no Reino Unido) e A3NP Indústria e Comércio de Móveis S.A. (sediada no Brasil).

O sumário das informações financeiras dessas controladas está divulgado na Nota 11.

As informações de vendas brutas no mercado externo, por segmento geográfico, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, ou seja, tendo por base as vendas realizadas pela controladora no Brasil e por meio das controladas diretas e indiretas no exterior (Grendene USA, Inc., Grendene Argentina S.A., Grendene Italy S.R.L., Grendene UK, Limited. e Z Plus EUR Company S.R.L. nos Estados Unidos, Argentina, Reino Unido e Itália, respectivamente), podem ser assim demonstradas:

	Controladora	
	2017	2016
Vendas brutas mercado externo a partir do:		
Brasil	562.902	558.829
Estados Unidos	41.696	40.757
Argentina	-	121
Itália	13.302	9.372
Reino Unido	3.226	3.586
	621.126	612.665

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

23. Informações por segmento--Continuação

Não há clientes que individualmente representem mais que 5% das vendas no mercado interno ou externo.

Os ativos não circulantes no exterior representam aproximadamente 4% dos ativos não circulantes da Companhia.

24. Custos e despesas por função e natureza

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 – R1 (IAS 1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. A classificação por função e a abertura dos custos e despesas operacionais por natureza podem ser assim demonstrados:

a) Custos e despesas por função

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos	(1.143.788)	(1.041.003)	(1.151.216)	(1.048.588)
Despesas com vendas	(477.632)	(442.938)	(525.817)	(490.574)
Despesas gerais e administrativas	(84.969)	(83.796)	(91.343)	(97.514)
	<u>(1.706.389)</u>	<u>(1.567.737)</u>	<u>(1.768.376)</u>	<u>(1.636.676)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

24. Custos e despesas por função e natureza--Continuação

b) Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Custos dos produtos vendidos				
Matéria prima	(511.376)	(473.436)	(513.286)	(475.668)
Custos com pessoal	(445.663)	(417.871)	(448.514)	(421.021)
Depreciação e amortização	(46.824)	(42.573)	(47.010)	(42.795)
Serviços de terceiros	(19.329)	(20.563)	(19.359)	(20.665)
Energia elétrica	(22.377)	(25.946)	(22.617)	(26.172)
Outros custos	(98.219)	(60.614)	(100.430)	(62.267)
	<u>(1.143.788)</u>	<u>(1.041.003)</u>	<u>(1.151.216)</u>	<u>(1.048.588)</u>
Despesas com vendas				
Comissões	(117.031)	(101.504)	(118.914)	(103.620)
Frete	(102.766)	(94.312)	(104.920)	(96.569)
Licenciamentos	(49.245)	(49.175)	(49.245)	(49.175)
Gestão para exploração de marcas	-	(3)	-	(3)
Publicidade e propaganda	(112.790)	(116.626)	(125.563)	(125.174)
Despesas com pessoal	(33.607)	(31.262)	(42.062)	(40.270)
Depreciação e amortização	(2.702)	(2.922)	(4.388)	(4.424)
Serviços de terceiros	(8.627)	(8.756)	(11.006)	(11.306)
Viagens e estadias	(6.153)	(4.880)	(6.488)	(5.148)
Convenções	(7.042)	(5.021)	(7.042)	(5.021)
Aluguéis	(2.927)	(2.534)	(16.239)	(17.229)
Outras despesas	(34.742)	(25.943)	(39.950)	(32.635)
	<u>(477.632)</u>	<u>(442.938)</u>	<u>(525.817)</u>	<u>(490.574)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(57.974)	(57.805)	(62.077)	(66.141)
Depreciação e amortização	(7.433)	(7.240)	(7.596)	(9.130)
Serviços de terceiros	(8.365)	(10.222)	(9.987)	(12.947)
Viagens e estadias	(1.397)	(1.117)	(1.423)	(1.158)
Despesas tributárias	(5.006)	(3.337)	(5.130)	(3.457)
Outras despesas	(4.794)	(4.075)	(5.130)	(4.681)
	<u>(84.969)</u>	<u>(83.796)</u>	<u>(91.343)</u>	<u>(97.514)</u>
	<u>(1.706.389)</u>	<u>(1.567.737)</u>	<u>(1.768.376)</u>	<u>(1.636.676)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

25. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras receitas operacionais				
Baixa de investimento em controlada	-	6.920	-	6.920
Reversão para perdas em controlada	-	28.000	-	28.000
Receita de vendas de imobilizado, sucata e outros	1.669	1.397	4.001	1.483
Recuperação de custos e despesas	10.521	2.612	10.769	2.828
Indenização rescisão contratual	-	-	-	3.821
Receita de venda de participação	778	-	778	-
Créditos previdenciários	2.832	-	2.832	-
Outras receitas operacionais	584	1.393	648	1.402
	16.384	40.322	19.028	44.454
Outras despesas operacionais				
Custos de vendas e baixa de imobilizado, sucata e outros	(12.476)	(6.995)	(20.070)	(19.454)
Honorários sobre processos judiciais e assessoria fiscal	(221)	(426)	(227)	(426)
Provisão para riscos trabalhistas	1.366	(565)	1.381	(578)
Perdas por não realização de ativos	(1.608)	(3.605)	1.710	(20.021)
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	(4.733)	-	(4.733)	-
Créditos cancelados	-	-	-	(1.414)
Indenizações a terceiros	(128)	(9.043)	(161)	(9.043)
Perdas cambiais com investimentos	(9.005)	-	(9.005)	-
Alienação de investimento	(1.586)	-	(1.586)	-
Recuperação de receitas	(733)	(13)	(904)	(531)
Indenizações trabalhistas	(1.610)	-	(1.634)	-
Outras despesas operacionais	(1.798)	(1.700)	(1.805)	(1.832)
	(32.532)	(22.347)	(37.034)	(53.299)
	(16.148)	17.975	(18.006)	(8.845)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Juros recebidos de clientes	2.225	2.162	2.225	2.163
Receitas com operações de derivativos cambiais – BM&F	29.976	49.091	29.976	49.091
Receitas de aplicações financeiras	168.850	206.449	169.812	207.734
Receitas com variação cambial	32.053	67.798	34.503	69.700
Ajustes a valor presente – AVP	72.967	64.699	72.967	64.702
Outras receitas financeiras	3.020	4.458	3.045	3.308
	309.091	394.657	312.528	396.698
Despesas financeiras				
Despesas com operações de derivativos cambiais – BM&F	(19.808)	(11.563)	(19.808)	(11.563)
Despesas de financiamentos	(10.454)	(13.155)	(10.852)	(18.340)
Despesas com variação cambial	(30.326)	(78.471)	(31.240)	(82.390)
Cofins e Pis sobre receitas financeiras	(8.270)	(10.887)	(8.346)	(10.967)
Outras despesas financeiras	(3.110)	(3.158)	(3.780)	(4.920)
	(71.968)	(117.234)	(74.026)	(128.180)
	237.123	277.423	238.502	268.518

27. Seguros

A Administração da Companhia, tendo como base a orientação de seus consultores de seguros, adota a política de contratar apólices de seguros junto as principais seguradoras do país em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades e os riscos envolvidos em suas operações. As principais coberturas de seguros estão demonstradas a seguir:

Modalidade	Abrangência	Montante da cobertura
Patrimonial	Os ativos imobilizados e estoques estão segurados para incêndios, vendaval, alagamento/inundação e danos elétricos.	R\$374.269
Lucro cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas.	R\$32.000
Responsabilidade civil	Operações industriais, empregador, produtos e danos morais.	R\$5.250
Aeronáutico	Casco, responsabilidade civil.	U\$3.700
Veículos	Danos materiais, morais e responsabilidade civil terceiros.	100% FIPE, R\$100 DM, R\$200 RC Terc. DM e R\$1.000 RC Terc. DP
Transporte	Exportação e importação.	U\$2.500 por embarque e/ou acumulação